ADACO APRESENTA MEDIDAS AO ADMINISTRADOR DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO PARA EVITAR SITUAÇÕES DRAMÁTICAS COMO AS QUE ACONTECERAM COM AS CHEIAS DE 2019 NO DISTRITO DE COIMBRA

Uma delegação de agricultores da Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) reuniu recentemente com o Eng.º Nuno Bravo, Administrador da Região Hidrográfica do Centro (RHC), organismo adstrito à Agência Portuguesa do Ambiente.
Na mesa foram postas várias questões relacionadas com as cheias de 2019, e o controlo da água.

Na reunião foram feitas várias promessas pelo Administrador da RHC, tais como:
- Regularização do Rio Ega em 8,2 Km da foz para montante até á freguesia de Figueiró do Campo - Soure;
- Um estudo de Impacto Ambiental nos Vales do Pranto, Arunca, Ega e S. Facundo/Ançã;
- Rio Ceira – Intervenção a montante (P. da Serra, Góis, Arganil e Lousã) na rectificação da galeria ripícola e arranjo de margens; valor da obra - 300 mil euros – finalização 2023.

Esperamos que estas promessas não fiquem no papel e sejam efectivamente cumpridas.
Outras questões ficaram por responder; questões essas que foram enviadas por escrito, através de uma Exposição dirigida ao Administrador da Região Hidrográfica do Centro.
As respostas a estas questões são fundamentais para que não voltem a acontecer situações de cheias descontroladas como em 2001, 2016 e 2019.

Entre outras questões, a ADACO e os agricultores presentes reclamam:

1 – Deverá ser o Governo, através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o responsável pelo pagamento dos prejuízos causados nas culturas dos agricultores pela invasão da água e inertes, proveniente do rebentamento do rio e diques nas cheias de 2019, uma vez que é sua a responsabilidade de manutenção desta estrutura.

2 – Antes das cheias de 2019, foram retirados cerca 800.000 M3 de areia de montante para jusante do Açude de Coimbra, quando a capacidade do rio em caudais sólidos por ano em Coimbra é de 295.000 M3.
Com esta enorme mobilização de inertes, que foram novamente depositados no leito do rio a jusante do açude de Coimbra, a APA provocou um desequilíbrio dinâmico no leito do Rio Mondego, contribuindo decisivamente para o descontrole da capacidade de encaixe da água, acelerando o processo que deu origem às cheias.
Esta mobilização obriga, inevitavelmente e com o máximo de urgência, a um desassoreamento do Rio Mondego a montante do dique construído em Formoselha.

3 – O açude (reforçado após as cheias) existente a montante da Ponte de Formoselha (Montemor-o-Velho), devia ser removido de modo a permitir que as areias depositadas no Rio Mondego fluíssem sem obstáculos, de forma natural.

4 – É urgente a reposição das comportas na ligação da vala de Pereira ao Rio Mondego na margem esquerda, entre Pereira e a Ponte de Formoselha. Estas comportas têm como objectivo controlar o retorno do fluxo de água do leito de cheia para a margem esquerda (zona habitacional). Estas comportas desapareceram há vários anos e ainda não foram repostas.
Existe já previsão para a execução desta obra?

5 – A Barragem de Girabolhos (concelho de Seia) onde, segundo a comunicação social já foram investidos 60 milhões de euros, importante para gerir o caudal do Rio Mondego, é uma necessidade. Esta Obra tem de avançar.

6 – Quem monitoriza os caudais e cotas da Barragem da Aguieira? Há que aumentar as margens de segurança da barragem da Aguieira, para que não se repitam as tragédias das cheias de 2001, 2016 e 2019

7 – Passados 10 meses das cheias de 2019, o leito periférico direito continua com as obras por acabar.
Qual a segurança para os agricultores, nos próximos meses?
Se houver um galgamento pelas obras não estarem concluídas (reposto como estava antes das cheias), de quem é a responsabilidade?

A ADACO e os agricultores do Baixo-Mondego chamam assim a atenção para o que têm de ser feito, para que o Governo não diga que não tinha conhecimento do que é preciso fazer, para evitar a repetição de tragédias anteriores.

Coimbra, 2 de Novembro de 2020